
ITAPEMIRIM-ES: TERRA DE MIGRANTES E VISITANTES

Laryssa da Silva Machado

Licenciada em História (2007), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2009), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2016). Mestranda do Programa da Pós-graduação em História da UFES. Docente da Rede Municipal de Ensino de Marataízes-ES. E-mail: assyral@gmail.com.

ITAPEMIRIM-ES: TERRA DE MIGRANTES E VISITANTES**ITAPEMIRIM-ES: LAND OF MIGRANTS AND VISITORS**

Laryssa da Silva Machado

RESUMO

O presente artigo pretende realizar uma análise da Vila de Itapemirim, região sul do Espírito Santo, partindo do ponto de vista dos que vieram para essa localidade, sendo estes colonizadores, escravos ou viajantes. Essa região teve grande destaque político e econômico durante o século XIX na Província do Espírito Santo, graças às lavouras de cana de açúcar e café. Os fazendeiros locais, muitos deles migrantes, que vieram em busca das terras virgens do Vale do Rio Itapemirim, tornaram-se figuras importantes na política provincial e imperial, caso de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, que ocupou o cargo de vice-presidente da província por oito vezes. Trouxeram consigo seus cativos, mas muitos outros foram adquiridos ao longo do século XIX, sendo essa região a que mais possuía escravizados africanos no Espírito Santo. A localidade também recebeu a visita de muitos visitantes, que vieram conhecer as fazendas que se destacavam, ou estavam apenas de passagem, mas registraram as belezas, riquezas e desigualdades de Itapemirim. O auge ocorreu em 1860, com a visita de D. Pedro II e todos os conflitos que ocorreram antes e depois de sua viagem.

PALAVRAS-CHAVE:

História de Itapemirim; História do Espírito Santo; escravos em Itapemirim; migrantes; visitantes.

ABSTRACT

This article intends to make an analysis of the Vila de Itapemirim, southern region of Espírito Santo, starting from the point of view of those who came to this locality, being these colonizers, slaves or travelers. This region had great political and economic highlight during the nineteenth century in the Province of Espírito Santo, thanks to the sugar cane and coffee plantations. Local farmers, many of them migrants, who came in search of the virgin lands of the Itapemirim River Valley, became important figures in provincial and imperial politics, in the case of Joaquim Marcelino da Silva Lima, Barão de Itapemirim, who held the position of vice president of the province eight times. They brought with them their captives, but many others were acquired during the nineteenth century, being this region that most had enslaved Africans in the Holy Spirit. The locality was also visited by many visitors, who came to know the farms that stood out, or were just passing through, but recorded the beauties, riches and inequalities of Itapemirim. The peak occurred in 1860, with the visit of Dom Pedro II and all the conflicts that occurred before and after his trip.

KEY WORDS:

History of Itapemirim; History of the Holy Spirit; slaves in Itapemirim; migrants; visitors.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, pesquisas históricas sobre diferentes temas têm sido desenvolvidas pela historiografia brasileira. A utilização de fontes como livro de tomo, livros paroquiais, inventários, testamentos *post-mortem*, lista de escravos, e outros (FILHO, FILHO, 2012, p. 2), deram a personagens antes considerados periféricos pela historiografia tradicional a oportunidade de protagonizarem a história. Pequenas localidades também passaram a ter destaque, principalmente com o aparecimento da micro-história e suas micro escalas que analisam as peculiaridades dos indivíduos e das localidades.

A micro-história contempla temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas, ajudando na compreensão de redes familiares e laços de solidariedade. Segundo Revel (1998, p. 23) “a abordagem micro-histórica se propõe a enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” Os estudos em escala micro trazem situações reais à tona. Para Barth (apud ROSENTAL, 1998, p. 156) “deveríamos centrar nossas observações em indivíduos reais em situações da vida reais, ter curiosidade sobre o que o exame de sua situação pode trazer [...]. Devemos deixar o assunto e o método se desenvolverem em função das situações concretas de campo”.

Utilizando uma escala local, pretende-se construir história local. Barth alerta que o comportamento social não pode ser analisado como uma obediência mecânica a um sistema de normas, pois cada indivíduo leva em consideração a posição particular de cada membro. “Essas diferenças de posicionamento são a principal razão e ser da “longa conversa” por meio da qual os indivíduos interpretam e dividem suas experiências, e melhoram sua compreensão de sua própria vida e da vida dos outros” (BARTH, apud ROSENTAL, 1998, p. 156).

Assim, a micro-história propõe uma diversidade de agentes e estudos históricos, partindo do recorte micro. Caso deste artigo que pretende analisar uma pequena região no interior do Espírito Santo, que apesar de ter conseguido destaque naquele período dentro da província, não apresentava expressividade, se comparada a outras localidades brasileiras. Porém, não deixam de compor o mundo social, estabelecendo relações com outros grupos. Para Barth, o mundo social era composto por atitudes micro realizadas pelos autores. Assim,

Concebo os acontecimentos constitutivos da vida social como essencialmente [...] micro, realizados pelos atores (indivíduos e grupos). Esses acontecimentos ou atos são considerados pelo nível agregado e por sua vez o constituem. A ideia de processo fornece a conceitualização fundamental para descrever como se produzem

as agregações, e para explicar as formas agregadas. O nível agregado tem, é claro, propriedades emergentes, que devem ser reconhecidas e descritas em seus próprios termos, mas sem que se caia numa reificação inadequada das suas estruturas. O fato de que os próprios atores adotam essas reificações deve ser integrado aos nossos modelos onde isso for pertinente, mas nem por isso nos dá carta branca para fazer o mesmo (BARTH, apud ROSENAL, 1998, p. 158).

Os estudos em escala micro focam nas configurações e processos sociais e buscam entender movimentos e transformações sociais a partir dos indivíduos que a realizam e não mais dos processos, destacando o protagonismo dos atores que executaram a ação (REVEL, 2010, p. 440). A Vila de Itapemirim, fundada oficialmente em 1815, enquadra-se nesse modelo de análise micro, não apenas por ser uma localidade com pouca expressividade, se comparada a grandes escalas, mas também por ter figuras importantes que protagonizaram sua história. Foi fundada por migrantes que, em busca de terras virgens e férteis povoaram as margens do Rio Itapemirim (BITTENCOURT, 1987, p. 68). Estes povoaram a região e trouxeram consigo características próprias que influenciaram o lugar.

Além dos migrantes, muitos visitantes passaram por Itapemirim, sendo estes membros da nobreza europeia e brasileira, padres e bispos importantes, cientistas e fotógrafos que registraram em seus diários ou com imagens, a Vila Itapemirim do século XIX, sua grandeza e desigualdade. Não se pode esquecer dos escravizados que, migrando para a região não por vontade, mas como cativos, também são parte importante para essa análise.

Os olhares peculiares dos visitantes, bem como a influência marcante dos migrantes tornam Itapemirim uma região diferente dentro da Província do Espírito Santo, enquadrando-se dentro da micro-história, e tornando-se então um lugar de memória.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais (NORA, 1993, p. 7)

Assim, esse trabalho pretende dar destaque a essa região a partir do ponto de vista dos que vieram de outros lugares, migrantes ou viajantes. Também pretende-se observar, dentro dos limites que as fontes proporcionam, a presença dos cativos na região, estes que foram migrantes forçados, uma vez que não escolheram se mudar, mas que compunham parte significativa da população. Enfim, a análise em escala micro coloca regiões como Itapemirim em destaque e possibilitam que detalhes de seu cotidiano sejam revelados.

ITAPEMIRIM: TERRA DE MIGRANTES

Diz a historiografia tradicional capixaba que as terras de Itapemirim estavam entre as primeiras sesmarias doadas pelo Capitão Donatário capixaba, Vasco Fernandes Coutinho, a Pedro da Silveira, em 1539. Segundo Daemon (2010, p. 114) “Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”. Outro historiador, Antônio Marins (1920, p. 199) destaca que as primeiras povoações ocorreram por volta do século XVI, durante o reinado de D. Pedro II, rei de Portugal.

Não se tem muitas notícias dessa povoação. Talvez não tenha sido bem sucedida. Isso porque, novos registros sobre a povoação de Itapemirim só reaparecem no início do século XVIII, quando expedições desbravadoras em busca de ouro chegaram até às margens do Rio Itapemirim¹. Ali se estabeleceu Domingos de Freitas Bueno Caxangá e seus agregados, por volta de 1701 ou 1710. Construíram uma fazenda de açúcar chamada de Caxangá, que se localizava no alto do morro na margem sul do rio, que anos mais tarde passou a ser chamada de Fazendinha (MORENO, 2016, p. 19).

A colonização efetiva ocorreu no final do século XVIII, quando em 1771 chegaram à Foz do Rio Itapemirim os refugiados das Minas de Castelo², sobreviventes dos ataques dos índios Puris naquela região (OLIVEIRA, 2008, p. 222). Essas terras foram adquiridas por Inácio Pedro Cacunda, bandeirante descobridor das minas, e anos depois foram compradas pelo Capitão Tavares Brum (BITTENCOURT, 2006, p. 78), que também as adquiriu como sesmaria (MARINS, 1920, p. 210-211). A partir de então, a região foi se desenvolvendo, graças às lavouras de açúcar instaladas no local.

Além dos primeiros desbravadores, o Vale do Rio Itapemirim foi povoado por mineiros, fluminenses e paulistas que migraram para o sul do Espírito Santo na primeira metade do século XIX. Segundo Oliveira (2008, p. 308, 335), os migrantes não enfrentaram ataques dos indígenas que povoavam a região. Dentre as personalidades e famílias que

¹ Em 1674, o herdeiro da Capitania do Espírito Santo, Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho a vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo, que iniciou expedições em busca de ouro nas terras. Assim se inicia a colonização das terras entre Vila Velha e Benevente, atual município de Anchieta. Seus herdeiros continuaram as expedições, alcançando o Rio Itapemirim (MORENO, 2016, p. 19).

² Região no interior do Espírito Santo, onde foi encontrado ouro e alguns bandeirantes realizavam atividade mineradora.

migraram em busca de melhores condições de vida e de terras férteis, destacam-se o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim, a família do Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa (MORENO, 2016, p. 32).

Com a migração mineira, paulista e fluminense, Itapemirim viveu um crescimento populacional que ocasionou nas condições ideais para emancipação política. Através do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p. 33).

Esses migrantes trouxeram consigo a produção de café, que foi introduzido em terras capixabas por volta de 1815, e substituiu a produção de açúcar e aguardente gradativamente ao longo do século XIX. A partir de 1850, o café se destacou, concentrando a produção na região sul capixaba, especificamente nos vales dos Rios Itapemirim e Itabapoana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 15-18). A expansão do café espírito-santense está diretamente ligada a decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, uma vez que fazendeiros dessas regiões migraram para o sul capixaba em busca de terras férteis, junto com seus escravos e maquinários (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 19).

A princípio, as lavouras de café foram implantadas no litoral de Itapemirim, mas com o passar dos anos, os cafezais avançaram para o interior, em vista de condições naturais mais propícias, principalmente a presença do solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e favoráveis, e um clima úmido com chuvas regulares (SALETTO, 1996, p. 35). O vale do Itapemirim dividiu-se então em duas regiões: o litoral, com fazendeiros que migraram entre o fim do século XVIII e início do século XIX, que mantiveram as lavouras de cana, e o Alto Itapemirim, com os cafezais cultivados pelos migrantes que chegaram nas primeiras décadas do século XIX (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 35).

Entre os fazendeiros que fizeram a vida em Itapemirim, alguns merecem destaque. O capitão José Tavares Brum foi um dos primeiros migrantes da região. Fora casado com D. Thomazia da Silva Medella. Adquiriu a Fazendinha na margem sul do rio Itapemirim e possuía outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p. 211). Esta última fazenda foi herdada por D. Thomazia após a morte de seu marido, e era uma

das maiores propriedades de Itapemirim. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira. Este se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

O principal fazendeiro de Itapemirim foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento Mor que em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era paulista e veio para o Espírito Santo em 1802, quando se tornou o dono da fazenda de açúcar “Três Barras” em Benevente. Casou-se com D. Francisca do Amaral e Silva, em primeiras núpcias. Ao ficar viúvo, casou-se com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum e mudou-se de Benevente para Itapemirim. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino (MARINS, 1920, p. 211-212). Oliveira (2008, p. 355) o destaca como exemplar caso de bandeirante do século XIX. Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui. Esta última, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. O Barão, segundo Marins, possuía mais de 400 escravos (MARINS, 1920, p. 212-214).

Seus principais rivais eram os Gomes Bittencourt, também conhecidos como “moços da Areia”. Os Areias, como eram conhecidos, vangloriavam-se por terem chegado a Itapemirim antes do Barão, mas essa família também é de migrantes. Os principais membros da família eram: Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, dono das fazendas Areias e Coroa da Onça; Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, proprietário das fazendas Vermelho e Cerejeira; Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietário da Fazenda Rumo; e o Capitão José Gomes Pinheiro, dono da Fazenda Ouvidor do Norte, além das irmãs Izabel, casada com o Capitão José Barbosa Meirelles, dono da fazenda Guaranhum, na Serra; e Rachel casada com o Major Caetano Dias da Silva, proprietário das fazendas Limão (MARINS, 1920, p. 214-216) e Pau d’Alho (ROCHA, 2008, p. 239) e fundador da colônia de Rio Novo (MARINS, 1920, p. 216).

Politicamente, os Gomes Bittencourt se destacavam no município enquanto o Barão possuía prestígio provincial. Entre os anos de 1843-1858, o Barão ocupou o cargo de vice-presidente provincial por vários anos consecutivos e assumiu a presidência interina da província em dois períodos, entre 1852-1853 e em 1857 (DAEMON, 2010, p.362, 378, 386, 393, 398, 546, 548 e 552). Também foi deputado provincial (Ibidem, p.372, 379-380 e 384)

por quatro mandatos e presidente da Assembleia Legislativa Provincial em 1853 (Ibidem, p. 385). Já o Comendador João Nepomuceno, desafeto do Barão de Itapemirim, tinha mais prestígio no município (MARINS. 1920, p. 216). Foi deputado provincial por vários mandatos (DAEMON. 2010, p. 348, 355, 390, 405, 474, 491 e 551) e terceiro vice-presidente provincial (Ibidem, p. 547), além de ocupar por vezes o cargo de Vereador (MORENO, 2016, p. 96-97).

Apesar da rivalidade, a elite de Itapemirim, quando convinha, se unia em acordos e até casamentos. Fragoso (2010, p. 29-71), ao analisar a origem da elite carioca, observou que essa elite mantinha sua hegemonia através do matrimônio, pois optavam por “pares sociais” para efetivar suas alianças políticas. Em Itapemirim, consegue-se ver essas alianças políticas através das uniões nupciais sacramentadas entre os membros da elite. As filhas do Barão de Itapemirim casaram-se com importantes fazendeiros capixabas: Claudina, filha de seu primeiro casamento, casou-se com o Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro, dono da fazenda do Borba, em Viana; Leocádia, casada com o Dr. Joaquim Antônio de Oliveira Seabra, proprietário da fazenda Morro Grande; Thomazia casou-se com o Major Antônio Rodrigues da Cunha, o Barão de Aymorés, fazendeiro em São Mateus; Izabel, com o advogado José Feliciano Horta de Araújo; e Maria, com o Capitão José Gomes Pinheiro, da família dos Areias, dono da fazenda Ouvidor do Norte (MARINS, 1920, p. 212). Apesar de inimigos, os moços da Areia e a família Silva Lima se uniram em casamento, mas também numa aliança política e econômica.

Outros fazendeiros importantes foram D. Anna Tavares e José Bello de Araújo, donos da Fazenda Cardoso. Também eram donos da fazenda Boa Vista, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar. A Fazenda Paineiras, uma das principais da região, pertencia a Francisco de Salles. Essa fazenda foi adquirida por Luiz Moreira da Silva Lima e sua esposa Rita, posteriormente. A Fazenda Barra Seca e a Fazenda Araçá, segundo Marins (1920, p. 216) eram propriedades do Coronel Francisco José Alves da Silva. Além dessas, outras fazendas importantes na região foram a Fazenda Colheres, que pertencia a dona Josefa Moreira Borges; Fazenda Brejo Grande, de Joaquim J. Alves Silva, morador de Campos; a Fazenda Ribeira, pertencente a Alves Silva e Marins e, anos mais tarde, a fazenda pertencia à dona Mariana da Silva Barreto e seu esposo Francisco Moreira da Silva Lima (MARINS, 1920, p. 217).

Marins (1920, p. 216-218, 223) cita outros fazendeiros da região ao longo do século XIX: Laurindo José Alves, proprietário da fazenda Lancha; Alferes Manoel José

Alves, da fazenda Coqueiro; Luiz José Alves, da Ayrizes; Úrsula Barreto Barbosa e seu esposo, o Tenente-Coronel João Rodrigues Barbosa, das fazendas Cancan e Cutia; Augusto José Alves, da fazenda Laranjeiras. A fazenda Poço Grande pertencia a João José Alves, que vendeu a parte onde havia um engenho a um herdeiro do Major Antônio Ferreira Povoas. Outra fazenda que se destacava era a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo. Também merece destaque a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos Jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco.

Como se pode perceber, a colonização de Itapemirim ocorreu devido a intensa migração. Sejam os primeiros desbravadores que fundaram a primeira povoação, seja com os mineradores fugidos das Minas de Castelo, seja com os fazendeiros que vieram em busca de novas terras, a região é marcada por esses migrantes, que chegaram à região e fundaram grandes fazendas que se destacavam em toda a Província do Espírito Santo. Além desses migrantes de renome, como o Barão de Itapemirim, os Gomes Bittencourt, os Brum, os Quintaes, os Póvoas, e outros, vieram também migrantes forçados, mas que muito trabalharam para a construção da localidade de Itapemirim.

Os cativos chegaram a Itapemirim migrando com seus proprietários, quando estes se mudaram para a região. Mas muitos chegaram oriundos do comércio de escravos. É importante destacar a presença desses cativos, principalmente dos que vieram da África, uma vez que estes compõem parte importante da historiografia brasileira, mas que muitas vezes é negligenciada.

OS CATIVOS DE ITAPEMIRIM: MIGRANTES FORÇADOS

A chegada de muitos migrantes fazendeiros à região de Itapemirim fez com que seus escravizados os acompanhassem. Assim, entre os anos finais do século XVIII e até a década de sessenta do século XIX uma quantidade imensa de cativos chegaram a Itapemirim para trabalharem nas lavouras de cana e engenhos de açúcar, estabelecidos na região, e nas novas plantações de café, iniciadas nas primeiras décadas dos Oitocentos. A quantidade de escravos era tanta que Almada (1984, p.88), ao estudar as escravarias de Cachoeiro, concluiu que “no Espírito Santo foi a região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo “plantation” escravista”.

A Tabela 1 apresenta a população de Itapemirim ao longo do século XIX e compara os valores obtidos naquela região à Província do Espírito Santo. Pelos dados dessa tabela pode-se analisar a quantidade de cativos que existiam na região e como esses números são representativos para a província capixaba.

TABELA 1: População de Itapemirim e do Espírito Santo ao Longo do Século XIX

ANO	ESPIRITO SANTO					ITAPEMIRIM						
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FOGOS	HABITANTES POR FOGO	LIVRES	(%)	ESCRAVOS	(%)	TOTAL	FOGOS	HABITANTES POR FOGO
1817			24.585	3.729	6,5					2.025	147	13,7
1818			25.960	3.729	6,9					2.025		
1824	22.165	13.188	35.353	5.274	6,7	1.184	51	1.148	49	2.332	227	10,2
1827	22.931	12.948	35.879	5.683	6,3	797	44	1.038	56	1.835	229	8,0
1833			27.916							2.937		
1839	16.847	9.233	26.080			852	34	1.635	66	2.487		
1843	21.122	10.376	32.720	7.677	4,2	1.825	45	2.109	55	3.984	539	7,3
1856	36.793	12.100	48.893	7.674	6,3	2.508	57	1.887	43	4.395	428	10,2
1857	36.823	12.269	49.092							4.393		
1861	42.217	18.485	60.702			4.493	51	4.315	49	8.843		
1870	51.825	18.772	70.597			4.680	70	2.013	30	6.693		
1872	59.478	22.659	82.137	10.774	7,6	6.808	68	2.873	32	9.881	1.048	9,4

Fonte: 1790, 1824, 1856 e 1872 – Capitão-Mor Ignacio João Mongiardino (*apud* OLIVEIRA, José T. de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Nota IV, p. 239); VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memoria Estatistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978; RELATÓRIO do Presidente de Província – Barão de Itapemirim de 25 de maio de 1857; IBGE. Censo de 1872, *apud* CAMPOS, 2011, p. 85. 1813, 1814, 1818 - VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*, 1858; 1824 e 1827 - VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*, 1827, 1833 e 1839 - Fala que o Presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de abril de 1839, p. 18. 1839 - Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015_000_78, página 48), *apud* LAGO, 2013. 1843 - Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16. 1856 - Relatório que o Exmo. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857. p. A-5, A-6, A-7; Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província, ao Exmo. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857, p. 9 e 10. 1861 - Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior, p. 62-63. 1871 – Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo pelo presidente, o Exmo. Sr. Doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871, p. 137-140. 1833: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Como se percebe, a quantidade de cativos em Itapemirim era bastante elevada. Em 1839, o número de escravos correspondia a 66% da população itapemirinese e a 18% do total de cativos da província capixaba. Já os dados referentes aos anos de 1827 e 1856 demonstram que a quantidade de escravizados era maior que a de livres e correspondia a, respectivamente, 56% e 55% da população de Itapemirim. Até a década de 1860, o número de escravos em Itapemirim não era menor que 40% da população. Nos anos em que houve queda no número de cativos, 1870 e 1872, a quantidade de escravos correspondia a 30% e 32% do número de habitantes, respectivamente. Sobre essa queda, Moreno apresenta alguns fatores:

- 1) Crise da comercialização de açúcar no mercado externo, criando muitas dificuldades econômicas para os engenhos da região.
- 2) O incentivo dado à imigração europeia, com a finalidade de “branqueamento” da população e para incrementar tanto a produção de café quanto à diversificação agrícola.
- 3) A perda em 1867, das regiões produtoras de café localizadas no sertão sulino capixaba, após a emancipação de Cachoeiro de Itapemirim.

A queda no percentual livres/cativos não representa queda no número de escravizados na região. Na segunda metade do século XIX, após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós e a proibição do tráfico internacional de escravos, a quantidade de escravizados aumentou, encontrando o ápice em 1861, quando o número de cativos era de 4.315 ou 49% da população. Nos anos seguintes, a quantidade era menor, mas ainda assim maior que na primeira metade do século. Em 1870, eram 2.013 (30%), em 1872, 2.873 (32%) e, em 1875, 2.335 escravos. Até o final da década de 1850, o ano em que a população cativa foi maior corresponde a 1843, quando os escravos correspondiam a 2.109 habitantes. Assim, ao longo do século XIX, o número de escravos aumentou nas terras itapemirinsenses.

Boa parte dessa população de cor chegou a Itapemirim através do comércio transatlântico. A quantidade de africanos na população cativa sempre foi muito alta, até mesmo após 1850 e o fim oficial do comércio de escravos. O Porto de Itapemirim recebeu navios que trouxeram cativos desde as primeiras décadas do século XIX. Marins (1920, p. 225) cita notícia do Jornal S. João da Barra, de 1882, em que se relata que o primeiro navio negreiro atracado em Itapemirim chamava-se Paula e chegou a este porto em fevereiro de 1831. Era comandado pelo Capitão Caetano Dias da Silva e pelo piloto Herculano, que era baiano. Rocha (2008, p.239) também descreve o Major Caetano como traficante negreiro, em 1860 durante a visita do Imperador a Itapemirim. Dias da Silva era português e chegou ao Brasil em 1828, e desde então, empreendia viagens a Angola (PEREIRA, 2013, p. 10).

Ao se compararem os dados sobre a população cativa nos anos de 1833, 1839 e 1872 se terá uma noção da quantidade de africanos que entraram na região. A Tabela 2 compara a quantidade de cativos nascidos no Brasil e os que vieram da África nestes anos.

TABELA 2: Naturalidade da População Cativos de Itapemirim nos anos de 1833, 1839 e 1872

Anos	Pardos Cativos		Cativos Naturais do Brasil		Cativos Naturais da África		Total de Cativos
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1833	60	3	526	32	1.046	65	1.596
1839	42	2,5	567	34,5	1.026	63	1.635
1872	865	30	1.497	52	511	22	2.873

Fonte: Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015_000_78, página 48), apud LAGO, 2013, p. 39. 1833: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54. 1872: Censo de 1872.

Nos dois primeiros anos analisados, percebe-se que a população de africanos em Itapemirim era muito elevada: 65% em 1833 e 63% em 1839. Já em 1872, este quantitativo diminuiu para 22%, dado explicado pelo fim do tráfico em 1850 e por toda campanha abolicionista que começava a ganhar força no Brasil. Ainda assim, a população parda era minoria, se comparada aos descritos como “pretos”. Em 1872, os pardos cativos representavam 30% da população, menos de 1/3 da mesma. A miscigenação aumentou se comparado com os anos da primeira metade dos Oitocentos, mas ainda era pequena, se comparada ao número de pretos cativos, que representavam 52%. Nos primeiros anos analisados, 1833 e 1839, praticamente não haviam pardos em Itapemirim, correspondendo a 3% e 2,5% do total dos escravos, respectivamente. Na década de 1830, a colonização do Vale do Itapemirim estava se consolidando. Por conta disso, as relações sociais que pudessem possibilitar miscigenação ainda não ocorriam.

Itapemirim difere da província do Espírito Santo quando se trata de miscigenação. Campos (2003, p. 95-96) e Merlo (2008, p. 111), ao pesquisarem a população escrava de Vitória, detectaram a predominância de pardos e elevado número de mestiços. Isso dificultava a aparente distinção entre livres e cativos. A conclusão das pesquisadoras, para Vitória, pode ser aplicada para a Província como um todo, pelo menos nos registros de batismos encontrados nos Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo³, uma vez que a

³ ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

quantidade de pardos, cativos e livres, batizados no Espírito Santo entre os anos de 1848-1852 chegava a 56,5%. Já os pardos escravizados eram 11%⁴. Os estudos de Lago (2013) e Ribeiro (2012) corrigem essas conclusões.

Enquanto Campos e Merlo encontraram quantidade elevada de mestiços em Vitória, Ribeiro (2012, p.119), que pesquisa a região de Cachoeiro de Itapemirim, que inicialmente pertencia a Itapemirim, mas que se emancipou entre as décadas de 1860-70, detectou que em Cachoeiro 30% da escravaria eram compostas por africanos. Lago (2013, p. 53-54) observa que estes dados podem indicar menor intensidade nas relações entre diferentes grupos sociais de Itapemirim. Além disso, a maior quantidade de batismos de brancos sobre os de cor sugere uma sociedade mais heterogênea, devido a sua ocupação recente.

Essa análise procede, pois, em 1872 a população livre e cativa aumentou ao longo do século. Comparando os dados de 1827, 1833 e 1872, sobre a população parda e preta, livre e cativa, pode-se perceber que, ao longo dos anos e após a proibição do comércio de almas, a população de Itapemirim se miscigenou. A Tabela 3 apresenta esses dados:

TABELA 3: Comparativo da População de Cor de Itapemirim entre os anos de 1827, 1833 e 1872

Anos	Pardos Livres	Pretos Livres	Total de Pretos e Pardos Livres	Pardos Cativos	Pretos Cativos	Total de Pretos e Pardos Cativos
1827	290	38	328	41	997	1.038
1833	477	35	512	55	1.541	1.596
1872	1.281	484	1.765	865	2.068	2.933

⁴ Ver: 1842: Fala com que o Exm. Presidente da província do Espírito Santo, Wenceslau de Oliveira Bello, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1843. Rio de Janeiro, Typ. Americana de I.P. da Costa, 1843. 1843: Fala com que o Exm. Vice-presidente da província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845. 1844: Fala com que o Exm. Vice-presidente da província do Espírito Santo, Joaquim Marcellino da Silva Lima, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 27 de maio de 1845. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845. 1845: Fala dirigida á Assembléia Legislativa da província do Espírito Santo na abertura da sessão ordinária do ano de 1846 pelo Exm. Vice-presidente da mesma província, Joaquim Marcellino da Silva Lima. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de F.M. Ferreira, 1846. 1846: Relatório do presidente da província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diário de N.L. Vianna, 1848. 1847: Relatório do presidente da província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1.º de março de 1848. Rio de Janeiro, Typ. do Diário de N.L. Viana, 1º de março de 1848. Bonifacio Nascentes d'Azambuja, dirigiu a Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1852. 1853: Relatório com que o Exm. sr. dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléia Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente ano. Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1854. 1855: Relatório com que o Exm. Snr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exm. Snr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo Vice-Presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857. 1858: Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel, Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

Fonte: 1827: VASCONCELLOS, I. A. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978, p. 39. 1833: APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54. 1872: Censo de 1872.

Nos dois primeiros anos analisados pela tabela, percebe-se que a população de pardos, livres e cativos, era muito pequena. Em 1827, 36% da população livre e 4% da população cativa de Itapemirim era parda. Os pretos correspondiam a 5% da população livre e 96% da população cativa. Já em 1839, 35% da população livre eram pardos e 2,5% eram pretos. Entre os cativos, 3,5% eram pardos e 96,5% eram pretos. Comparando dados entre a população de cor, livre e cativa, em 1827, 88,5% eram pardos e 11,5% eram pretos, e em 1839, 93% eram pardos e 7% pretos. Esses dados são explicados pela recente ocupação da região e pela alta quantidade de africanos que havia na região. Com o passar do tempo, a miscigenação ocorreu de forma gradativa. Os dados 1872 demonstram isso. Nesse ano, 19% da população livre era parda enquanto apenas 7% era preta. Número pequeno, mas quando comparado aos anos anteriores, percebe-se que houve significativo aumento. Comparando os dados da população livre de cor, 72,5% eram livres enquanto 27,5% eram pretos. Já entre os cativos, 70,5% eram pretos enquanto que 29,5% eram pardos. Desses pretos, 511 cativos eram de origem africana, correspondendo a 22%, conforme demonstra a Tabela 2. Já entre os pretos livres, 41 vieram da África, o que correspondia a 2% da população livre de cor.

Os africanos eram poucos em 1872, se comparados aos de cor nascidos no Brasil, mas eram muitos se comparados a outras regiões. Em Cachoeiro, por exemplo, a população de africanos cativos era de 409 pessoas, (10%) e de africanos livres 13 pessoas (0,9%). Já em Vitória, os africanos cativos eram apenas 36 pessoas (0,85%) e os cativos livres que vieram da África 12 pessoas (1,2%). A população de Itapemirim então era formada por grande contingente africano, mesmo 22 anos após o fim do tráfico internacional de escravos. Aliás, a região foi uma das últimas a extinguirem esta prática.

Os interesses por trás da continuação do tráfico na Província do Espírito Santo eram muitos. Segundo Pereira (2013, p. 2), em alguns locais do litoral brasileiro, o tráfico chegou ao fim, porém na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850. Também havia ligações com a Zona da Mata mineira através das bacias fluviais. A região compreendia a Tríplice Fronteira do tráfico ilegal de africanos. Fontes

relatam que, após a data oficial do fim do tráfico, entraram no Brasil cerca de 8.812 africanos no litoral brasileiro⁵, e boa parte desses cativos podem ter chegado pelo sul do Espírito Santo.

De acordo com Santana (2000, p. 304), os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860. “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o Porto de Itapemirim” (NOVAES, 1963, apud SANTANA, 2000, p. 304). As inúmeras denúncias envolviam figuras importantes da província como o Barão de Itapemirim, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o Major Caetano Dias da Silva⁶.

Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, apesar de ser considerado pela historiografia capixaba como um dos maiores negreiros do Sudeste (SANTANA, 2000, p. 304), foi um dos denunciadores do tráfico na província. Enquanto esteve no cargo de vice-presidente provincial e ocupou interinamente a presidência, realizou inúmeras denúncias às autoridades imperiais sobre a fragilidade do litoral capixaba, pedindo reforços para combater o infame comércio de almas⁷.

O comércio de escravos, enquanto era legal e depois que se tornou tráfico, trouxe muitos escravizados para Itapemirim, que forçadamente chegaram à região sul do Espírito Santo e passaram a compor parte da população itapemirinese. Além dos migrantes, Itapemirim recebeu muitos visitantes que, relataram as belezas naturais e características da região. O olhar dos viajantes é um dos principais registros da história local, uma vez que seus registros trazem detalhes da situação da região, a grandeza das fazendas e lavouras de cana de açúcar, e a desigualdade da Vila.

OS VISITANTES DE ITAPEMIRIM

Itapemirim, por ser uma região de destaque no Espírito Santo, recebeu muitos visitantes ilustres, que em seus relatos, descreveram a localidade de um ponto de vista peculiar, já que é externo à comunidade. Desde o século XVI a região é visitada por pessoas que registraram suas impressões em diários e anotações de viagens. De acordo com Rocha

⁵ Disponível em <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em 10 de março de 2018.

⁶ APEES. Ofícios com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

⁷ Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u129/>. Acesso em 14 de dezembro de 2017.

(1971, p. 15-16), Jean de Lery foi o primeiro viajante que descreveu a região de Itapemirim em sua “Viagem à Terra do Brasil”, publicada em 1578. Uma das regiões descritas por ele foi a de “Tapemiry”, “onde se encontram pequenas ilhas na entrada da terra firme e que me pareceram habitadas por selvagens aliados dos franceses”. Lery descreveu ainda as ilhas dos Ovos e Taputera, situadas na foz do rio Itapemirim. Estas ilhas são pequenas demais para serem habitadas. Registros de visitas só serão vistos novamente no século XIX.

O bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho realizou duas visitas à Itapemirim no início do século XIX. A primeira em 1812 e a segunda em 1820. Na primeira viagem, Coutinho partiu de Campos em direção ao Espírito Santo. Classificou o caminho como um “deserto horroroso”. Sua primeira parada foi em Muribeca, que tinha, de acordo com suas anotações, uns 300 escravos, muitas terras, pastos e roças. Nessa parada, o clérigo mandou casar quatro escravos. Segundo ele, o caminho de Muribeca a Itapemirim era “infestado por gentios antropófagos, da raça dos puris, ou antes botocudos” (COUTINHO, 2012, p. 44). Também fez observações sobre a paisagem, principalmente na última léguas da viagem, que, em sua opinião, era belíssima. Segundo o que anotou, Itapemirim possuía duas mil almas, composta em sua maioria de lavradores pobres. Citou nomes de alguns homens ricos do lugar, como o Sargento-Mor Miguel Antônio, Capitão Francisco Gomes, que exportava 80 caixas de açúcar, e o Tenente Luiz Moreira. Reclamou da capela, descrevendo-a como velha, mas localizada no alto de um morro de onde se avistava toda a paisagem, chamada por ele de “Serra dos Órgãos de Itapemirim”.

Quando retornou em 1820, Itapemirim já era uma freguesia. Dessa vez, o bispo partiu do Rio Doce para o sul. Foi recebido com gloriosa cerimônia organizada por Francisco Gomes, que contou com a presença de “vários homens negros descalços com opas brancas de São Benedito” (COUTINHO, 2012, p.151), e gente que não cabia na igreja, “arruinada”, nas palavras do presbítero. Realizou crismas e batizados, dentre os quais ocorreu o curioso relato da fuga de D. Thomazia, esposa do então capitão Luiz Moreira, abrigo-se na casa de Francisco Gomes. O bispo Coutinho relatou o retorno da mulher à residência do marido. Os dois homens envolvidos no sucedido eram dois dos homens mais ricos de Itapemirim. Nos escritos de Coutinho encontram-se outros nomes de ricos proprietários da região como José da Silva Quintaes, Antônio Joaquim Marvila, João Machado Xavier, Antônio Pinto Duarte, Francisco José Alves, Antônio Ferreira da Silva, José da Costa Guimarães e José Eduardo Coelho.

Outros viajantes passaram pela região no início do século XIX, como o alemão Frederico Sellow, o russo George Guilherme Freyreiss e o príncipe de Neuwied (Alemanha) Maximiliano Alexandre Philipp Prinz von Wied-Neuwied (ROCHA, 1971, p. 40-44). O primeiro local alcançado pelos viajantes foi a fazenda Muribeca⁸. Seguiam, em geral, pelo litoral e passavam pelos Quartéis das Barreiras do Siri e da Boa Vista⁹, além das lagoas da região, chegando até Itapemirim. A descrição oferecida pelos viajantes, principalmente pelo príncipe Maximiliano, apresenta Itapemirim como um povoado de pescadores, agricultores e poucos artífices pobres, porém, ele hospedou-se na grande fazenda da Areia, localizada na margem do Itapemirim oposta à vila. A propriedade possuía engenho de açúcar, pastagem e muito gado, além de 70 escravos e pertencia ao Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa.

Em 1816, chegou ao Brasil Auguste de Saint-Hilaire (ROCHA, 1971, p. 65-66), que partiu em uma viagem pelo litoral capixaba em 1818. Visitou a fazenda Muribeca¹⁰, Boa Vista, a Praia do Siri, a praia de Marataízes, com suas roças de cana e mandioca, e chegou à Vila de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. Também foi recebido pelo Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa. Segundo ele, a população era de 1.900 habitantes, sem considerar os índios, e havia nove engenhos de açúcar nos arredores da vila, sendo estes: Areia, Cardoso, Cutia, Boa-Vista, Barra-Seca, Passo Grande, Paineira e São Gregório da Ribeira, que exportavam para o Rio de Janeiro uma carga de sessenta caixas de açúcar, a dois mil réis a arroba. Produzia-se também arroz, feijão, mandioca, algodão e cebolas, exportadas para Campos dos Goitacás, Vitória e Rio de Janeiro. A igreja era uma capela rústica e um pouco distante da vila, localizada na Fazendinha, importante unidade de produção que pertencia ao Tenente Luís José Moreira. O viajante produziu interessante relato sobre a região, talvez um dos mais ricos em detalhes:

Tinha o povoado umas sessenta casas, a bem dizer, cabanas de adobe, cobertas de sapé, que formavam uma grande praça em rua única, semicircular, frente ao caminho diagonal. No meio da praça se erguia o pelourinho, coluna-símbolo do município.

⁸ Região pertence atualmente ao município de Presidente Kenedy. Essa fazenda era uma das maiores e mais importantes dos Jesuítas. Segundo Rocha (1971), suas terras se estendiam a quase dez léguas em quadro. A propriedade entrou em decadência após a expulsão dos inacianos.

⁹ Região pertence atualmente ao município de Marataízes. Em Boa Vista, acredita-se ter sido o berço de Domingos José Martins, nascido em 9 de maio de 1781. Rocha (Op. Cit, p.41-42) relata que a chegada do Príncipe Maximiliano à Bahia coincidiu com o início da Revolução Pernambucana, da qual Martins participou, compondo a Junta do Governo Provisório, representando o comércio. O nobre ainda fez anotações sobre os chefes da conspiração, incluindo Martins em seus registros.

¹⁰ Segundo relatos descritos por Rocha (1971, p.64), a fazenda possuía boas pastagens, gado vacum e cavalos, engenho de açúcar, a casa do proprietário e diversas cabanas dos escravos. A antiga residência dos jesuítas estava em ruínas.

Construída em pedra ou madeira, levantada a prumo, servia para se atar, pela cintura, o preso exposto a vergonha ou aos açoites. Tinha argolas, e nela se podia enforcar ou dar tratos de polé, antigo instrumento de tortura, construído numa roldana. Na criação das novas vilas, era obrigação levantar-se o pelourinho. E aquele datava de pouco tempo: sua inauguração fora feita nove dias antes do início da viagem de Saint-Hilaire, isto é, a 9 de agosto do ano que transcorria (ROCHA, 1971, p. 65).

O ano de 1860 merece destaque, pois muitos visitantes ilustres conheceram o Espírito Santo e, conseqüentemente, Itapemirim. Entre 26 de janeiro e 9 de fevereiro, D. Pedro II visitou as terras capixabas, seguido por outros viajantes importantes, como o fotógrafo Victor Frond, entre 25 de setembro e 27 ou 29 de outubro e o Barão de Tschudi, primo do imperador, que esteve no Espírito Santo entre 28 de outubro e 17 de novembro. No livro “Viagem de Pedro II ao Espírito Santo” Levy Rocha (2008) descreve as andanças do Imperador pelas terras capixabas, que veio ao sul da província com o objetivo de conhecer a Colônia Imperial de Rio Novo e passou por Itapemirim.

Esse evento parou a província e Rocha narra o destaque que a elite itapemirina desempenhou na ocasião, uma vez que o Barão de Itapemirim e os Gomes Bittencourt foram dois dos maiores patrocinadores da visita imperial, não só na Vila de Itapemirim, como na capital (ROCHA, 2008, p. 51). Eram rivais políticos, como já descrito anteriormente. O barão era o líder do partido liberal e o comendador Gomes Bittencourt liderava o partido conservador. Ambos compunham a comitiva que recebeu D. Pedro II em Vitória (ROCHA, 2008, p. 64) e esperavam a visita imperial em suas fazendas, mas o Imperador preferiu se hospedar na casa de um terceiro, o capitão José Tavares de Brum e Silva, que ficava na sede da vila de Itapemirim (ROCHA, 2008, p. 231).

A vila se preparou por semanas para a chegada do Imperador, recebido na Igreja Nossa Senhora do Amparo, já que as obras de reforma do prédio da Câmara de Vereadores não estavam concluídas. O presidente da Câmara, Francisco Gomes Bittencourt, o recebeu e fez o discurso de boas-vindas. D. Pedro escreveu em seu diário que a vila era pequena, porém tinha ares para florescer. Não pernitoitou em Itapemirim e preferiu seguir viagem para a Colônia de Rio Novo. Lá se hospedou na fazenda Pau d’Alho, do major Caetano Dias da Silva (ROCHA, 2008, p. 231-246).

A visita foi rápida. Chegou a oito de fevereiro às 15h30, que, segundo os registros do diário do monarca, avistou nas margens do Rio Itapemirim a fazenda do Vermelho, que pertencia ao capitão José Tavares de Brum e Silva, e a Fazendinha, do Barão de Itapemirim.

Pedro II foi recepcionado na Matriz e partiu para a colônia de Rio Novo às 16h a cavalo. Chegou na colônia por volta das 21h, na qual pernoitou. Na manhã seguinte, dia nove, acordou por volta das 5h25 para percorrer a região e retornou as 9h para a fazenda Pau d'Alho. Partiu de volta para Vila às 10h e chegou ao 12h em Itapemirim.

No caminho entre Rio Novo e Itapemirim, D. Pedro passou próximo às fazendas Limão, do Major Dias da Silva, e Muqui, do barão de Itapemirim¹¹. Observou também, pelo caminho, a fazenda dos Belos, percorrendo ainda Coroa da Onça¹² e Areias¹³, fazendas dos Gomes Bittencourt. Na fazenda Boa Vista, do capitão Eduardo Belo de Araújo¹⁴, na fazenda Santo Antônio, do barão de Itapemirim¹⁵, e nas fazendas Coroa da Onça e Areias, de João Nepomuceno Gomes Bittencourt¹⁶, esperava-se a visita do imperador, que não foi a nenhuma das três. Apenas o major Caetano Dias teve o prazer de hospedar o imperador, que partiu para a Corte evitando maiores conflitos entre as lideranças políticas locais. Para D. Pedro II

As intrigas andam tão acesas aqui que os Guardas Nacionais que se achavam na casa da minha residência não queriam deixar entrar nenhuma pessoa da casa do Itapemirim e a Câmara Municipal cujo presidente é um Bittencourt mandando um boi para bordo do Pirajá recomendou que dissessem que o presente não era do Itapemirim (D. PEDRO II, apud, ROCHA, p. 244).

¹¹ Descrição da casa do Barão feita pelo imperador: “uma casa, que é um palacete de 2 torreões” (D. PEDRO II, apud ROCHA, 2008, p.242)

¹² Segundo o imperador, nesta fazenda havia uma “roda movida com cavalos dentro” (ROCHA. Op. Cit., 2008, p.242)

¹³ A bela casa desta fazenda podia ser vista da vila (ROCHA. Op. Cit., p.242)

¹⁴ “Na Boa Vista, o capitão Eduardo Belo de Araújo e toda a família, enfiada com a melhor vestimenta, bem como a criadagem que, com sabão de cinza de coada e bucha, esfregara a gaforinha e livrara-se do bodum no rio Itapemirim, esperavam a honraria”. (ROCHA. Op. Cit., p.242, p. 242-243).

¹⁵ “Na Santo Antônio, do outro lado do rio, quase defronte, numa das torres do seu soberbo palacete, no feitiço dos castelos medievais, construído a cavaleiro sobre uma colina, o barão de Itapemirim, binóculo em punho, observava a estrada. Os 120 negros escravos trabalhadores dos canaviais daquela fazenda, cuja produção e alicerces econômicos começavam a derruir, haviam capinado a alameda de bambus da chegada e tapetado de folhas aromáticas o caminho, enfeitando de flores a cerca até a margem do rio. As escadarias de mármore e os dois leões de louça vidrada do Porto, em tamanho natural, à entrada do palacete, estavam lustrosos. O dourado que revestia o interior da capela reluzia, como reluziam os metais das salas de armas, as baixelas de prata pesada, trabalhadas a fio de ouro, os talheres também de prata e as louças brasonadas. A poeira fora removida da tapeçaria persa, biblioteca, salões de bilhar, móveis em madrepérola e marfim. As finas iguarias e bebidas importadas da Europa juntavam-se à fartura das frutas do pomar e dos recursos da cozinha da fazenda. No salão principal do portentoso palacete reservava o barão uma surpresa ao augusto visitante: os retratos dos imperadores, ricamente moldurados, pintura a óleo mais ou menos recente, em tamanho quase ao natural, executada por renomado artista da Corte. Mal continha sua impaciência e a curiosidade em observar a reação de agrado de D. Pedro ao valioso trabalho e à sua entusiástica vassalagem. A decepção do macróbio, ao ver o imperador passar ao largo, teria apressado a causa que o vitimaria em ataque apoplético, naquele mesmo ano” (ROCHA. Op. Cit., p. 243-244).

¹⁶ “Na Coroa da Onça e na Fazenda da Areia, dos Bittencourts, o malogro não foi menos decepcionante” (ROCHA. Op. Cit., p. 244).

Na sede da vila visitou a Casa da Câmara, a cadeia, a escola de primeiras letras para meninos e uma serraria e pilação de café, que pertencia a Antônio Pires Velasco e era abastecida pelos colonos de Rio Novo. A fábrica era “movida por uma máquina de vapor de 8 cavalos com serra vertical de até 4 folhas, e 8 pilões com ventilador e ventador (não separa as qualidades com peneiras como o ventilador) tendo já preparado 100 arrobas por dia” (ROCHA, 2008, p. 245). Embarcou de volta para a Corte as 15h30 e desembarcou em terras cariocas no dia 11 de fevereiro (ROCHA, 2008, p. 244-246).

A visita de D. Pedro II ao Espírito Santo e a Itapemirim trouxe consequências. Apaixonado por inovações tecnológicas, o Imperador contratou o fotógrafo Jean Victor Frond, francês que, instalado no Rio de Janeiro, se tornou conhecido da casa imperial, e veio ao Espírito Santo registrar os locais visitados pelo monarca, meses antes (FRANCESCHETTO, 2015, p.209-221). Era a oportunidade para divulgação de Vitória e das colônias “civilizatórias”, assim como oportunidade para atrair novos imigrantes para as terras espírito-santenses (FRANCESCHETTO, 2015, p.70-71). Acompanhado de outro francês, Alexandre Jouanet, Frond chegou a Itapemirim em 27 ou 29 de outubro¹⁷ e dirigiu-se para a Fazenda Santo Antônio do Muqui, pertencente ao Barão de Itapemirim. A pedido do Imperador, além dessa fazenda, Frond deveria fotografar outras fazendas a fim de evitar constrangimentos para D. Pedro e possíveis brigas políticas. Também deveria visitar a colônia de Rio Novo. Porém, não havia tempo disponível para esses outros trajetos. Assim, os franceses passaram o dia na fazenda Santo Antônio, onde Frond fotografou a propriedade e a Fazenda Boa Vista. Interessou também em capturar em suas lentes o Frade e a Freira e outros monumentos naturais da região. Frond e Juanet voltaram à corte no mesmo dia à noite. Sobre Itapemirim, Jouanet escreveu

As terras do sul espírito-santense, principalmente aquelas situadas no vale do rio Itapemirim, parcimoniosamente vêm sendo ocupadas por fazendeiros procedentes de Minas Gerais e até mesmo de São Paulo. Férteis e, na maior parte, planas, elas são aos poucos cobertas pelo plantio da cana-de-açúcar ou do café, que enriquecem a região. Junto ao penedo do Frade e da Freira, estão os colonos do Rio Novo, de diversas nacionalidades, em cujos lotes são plantados cereais, frutas, legumes e o café, que é até mesmo exportado para a Europa. Terras não faltam para serem cultivadas e, às centenas, as famílias camponesas recolherão do seu próprio lote agrícola o alimento, tão carente no Velho Mundo. Por meio dos rios, chega-se às fazendas e, para se alcançar a colônia dos imigrantes, é necessário percorrer estradas a pé ou em lombo de animais. O Itapemirim reúne águas que correm desde a serra do Caparaó às montanhas do Alto Castelo, a oeste. Permite-se a navegação em

¹⁷ Não existe registro que disponha da data correta em que Frond e Jouanet estiveram em Itapemirim, último ponto da viagem dos franceses ao Espírito Santo.

canoas, sumacas e navios de pequeno porte em pelo menos 40 quilômetros do seu leito, da sua foz até a vila de São Pedro. Possui, em sua barra, um porto homônimo. Ali, vagorosamente, rende-se ao mar (JOUANET, apud FRANCESCHETTO, 2015, p. 218).

A última visita ocorrida no ano de 1860 foi a do suíço Jean-Jacques de Tschudi, que, em novembro, conheceu o sul da província. Sua primeira parada foi no caminho entre o Rio de Janeiro e Vitória. Ancorou na Barra do Itapemirim no dia 27 de outubro, mas o Barão de Tschudi não obteve uma primeira “boa impressão” do lugar. Segundo ele, a água era salobre e nas vendas não havia frutas ou refrescos, exceto a aguardente de melação, que classificou como “repugnante”. “A região, que alternava [...] pastagens pobres e campos parcamente cultivados [...]. Os casebres por ali espalhados são muito pobres e habitados por caboclos indolentes e outras pessoas de cor” (TSCHUDI, 2008, p.58).

Após chegar a Vitória e conhecer outras localidades, o barão de Tschudi encaminhou-se em direção ao sul da província. A viagem foi realizada com cavalos emprestados pelo Barão de Itapemirim. O Barão de Tschudi os solicitou através de cartas de pessoas influentes na Corte e do presidente da província capixaba. No dia 10 de outubro partiu de Vitória, passou por Guarapari, Benevente, Piúma, onde avistou o Monte Aghá, importante monumento natural, e a Ilha dos Franceses, em Itapemirim. O destino da comitiva também era a fazenda Santo Antônio de Muqui, onde foram recepcionados com festa. O barão de Tschudi descreveu o exagero do palacete do barão de Itapemirim, ao comentar que era de um estilo soberbo, mas de bom gosto (ROCHA, 1971, p. 112).

A residência da fazenda, semelhante a um palácio, construída num morro causa uma impressão imponente. Raras vezes vi no Brasil fazendas num estilo tão grandioso e, ao mesmo tempo, com tanto bom gosto. A parte interna, porém, não corresponde à parte externa tão imponente. Sente-se falta da praticidade da divisão interna, da comodidade e principalmente do asseio de moradias européias semelhantes. A capela consagrada ao padroeiro da fazenda está abarrotada de lantejoulas, de acordo com os costumes locais (TSCHUDI, 2008, p.97).

O barão de Itapemirim queixou-se da queda da lavoura de cana de açúcar. Naquele ano ele havia produzido 80 caixas e 50 arrobas de açúcar, equivalente à metade da produção dos primeiros anos de cultura. Acrescentou que possuía “120 negros para a lavoura, número considerável para o serviço doméstico e os ofícios manuais, sobretudo carpinteiros e pedreiros” (TSCHUDI, 2008, p.97). Em seus relatos sobre a viagem ao Espírito Santo, o Barão Tschudi fez observações sobre o Barão de Itapemirim, que havia conquistado sua

fortuna com o tempo¹⁸. Também comentou sobre as brigas políticas entre os conservadores, liderados pelos Gomes Bittencourt, e liberais, partido do Barão de Itapemirim, que falecera poucos meses após sua visita¹⁹. Visitou a colônia de Rio Novo e, no caminho, passou por prósperas fazendas. Em sua viagem de volta à Corte, o viajante foi escoltado pelo barco Leocádia do barão de Itapemirim, carregado de açúcar destinado ao Rio de Janeiro. Sobre o município de Itapemirim, o Tschudi escreveu

A Vila de Itapemirim é, depois de Vitória, a localidade mais significativa de toda a Província. Ela excede, ainda que não em relação às moradias, mas ao número de habitantes, a cidade de São Mateus, no extremo norte do Espírito Santo. Em 1818, o município de Itapemirim tinha 2.025 moradores. Em 1856, havia 8.443 (entre eles 3.445 escravos), e provavelmente a sua população chega hoje a dez ou doze mil habitantes¹⁰, pois como já mencionei houve nos últimos tempos um afluxo bastante considerável de pessoas ligadas ao comércio e à lavoura em direção a este município. O solo extraordinariamente fértil e a comunicação relativamente fácil com o porto de Itapemirim prometem-lhe um futuro brilhante. Café, algodão, tabaco, mas sobretudo açúcar e aguardente formam agora os produtos de exportação mais importantes; milho, arroz e farinha de mandioca também estão sendo produzidos em quantidade maior que a necessidade local (TSCHUDI, 2008, p.100).

Como se percebe, os viajantes observaram detalhes da vida do barão de Itapemirim e testemunham sua riqueza que cresceu no curso do século XIX. A produção açucareira, como se pode observar nos relatos acima, ainda possuía grande importância para os fazendeiros de Itapemirim, mas os mesmos reconheceram a diminuição de sua rentabilidade no país. Outro visitante ilustre foi o geólogo canadense Charles Frederick Hart que também percorreu o litoral capixaba em 1865-66 (ROCHA, 1971, p.120). Ele, contudo,

¹⁸ “O barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, tal como muitos fazendeiros brasileiros ricos, tinha começado a sua carreira com pouquíssimo capital e havia conseguido aos poucos ser dono de uma fortuna bastante significativa e, conseqüentemente, de uma grande influência política, sem muitos escrúpulos na escolha dos meios e caminhos. Entre 1834 e 1858, ele ocupou oito vezes o cargo de vice-presidente da Província” (TSCHUDI. Op. Cit., p.97.)

¹⁹ “As duas grandes esferas políticas – os conservadores e os liberais – sempre se enfrentaram na Província do Espírito Santo de maneira extremamente exasperada, principalmente na região sul, nos distritos de Benevente e Itapemirim. À frente de um dos partidos estava o barão de Itapemirim, e do outro a família Bittencourt, cuja propriedade chamada Coração d’Onça possuía também a sua residência numa colina, à margem norte do rio Itapemirim, e estava localizada obliquamente defronte à fazenda Santo Antonio. A vizinhança direta dos dois dirigentes de partido, que podiam encarar-se mutuamente pela janela, deu motivo a constantes atritos degenerando-se por fim num ódio mortal. Em 1860, quando o imperador visitou Itapemirim, tanto a família Silva Lima quanto a família Bittencourt fizeram esforços indescritíveis para hospedá-lo e assim mostrar à Província que gozava mais que a outra das graças do imperador. Cada uma gastou rios de dinheiro para preparar uma recepção digna ao soberano hóspede; o monarca, porém, bem informado acerca das circunstâncias locais, não aceitou a hospitalidade nem de um nem do outro. O barão de Itapemirim era muito estimado por seu partido, mas também mais odiado que temido por seus adversários. Neste aspecto, por várias vezes tive a oportunidade de ouvir falarem mal dele, e de acordo com estes comentários eu deveria imaginá-lo como um verdadeiro monstro. Pessoas imparciais enalteciam a sua generosidade, sua benevolência, sua amizade e dedicação por seus colegas de partido e sua ilimitada hospitalidade. Quando o conheci, ele era um octogenário robusto com uma fisionomia inteligente e um humor excelente, mas que muitas vezes acabava num sarcasmo mordaz. Poucos meses depois morreu de um ataque apoplético” (Ibidem, p. 98).

não parou em Itapemirim, apenas fez alguns croquis da serra, como o Frade, o Itabira e o Monte Aghá, pontos culminantes do relevo local.

Em 1886 o Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda visitou Itapemirim. Sua chegada foi em 15 de fevereiro, partindo para a Freguesia de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim em 2 de março. O bispo fez algumas observações sobre a localidade. Segundo ele, a barra do rio Itapemirim não dava entrada para navios e um “vaporzinho” que buscavam os passageiros (LACERDA, 2012, p. 210). No dia 19 de fevereiro recebeu a visita de dois pretos velhos que haviam recebido sua carta de liberdade graças à Lei do Sexagenário. Apesar da liberdade tardia, segundo os libertos, o bispo relatou que estavam “a pular de alegria”. O bispo não citou o nome dos proprietários. Fato interessante relacionado à passagem do bispo Lacerda por Itapemirim é a presença de protestantes na região. O clérigo alertou a população sobre o perigo da “difusão da Bíblia pelos Protestantes. Creio que pouco ou nada fará o Protestantismo por aqui e que inútil é difundir livros por povo que não sabe ler” (LACERDA, 2012, p. 220). Também registrou o agradecimento de Simão Soares, importante comerciante da Barra, pela licença concedida para a construção da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes (LACERDA, 2012, p. 221).

Outro comentário do bispo Lacerda que merece destaque, refere-se à questão política da região. No dia 24 de fevereiro, o bispo recebeu a visita de uma comissão liderada pelo delegado e outros senhores importantes, inclusive um membro da fazenda do finado barão de Itapemirim²⁰. Entregaram-lhe um abaixo assinado em que pediam a troca do vigário. Havia um movimento político nesse sentido: os conservadores desejavam que o vigário de Benevente fosse transferido para Itapemirim. Já os liberais desejavam que o vigário de Alegre ocupasse esse posto. Sobre essa discussão, Lacerda relatou que “é bom notar que segundo aqui muitas vezes ouvi dizer, em Itapemirim os partidos são extremos, e os homens se repelem e pisam por partido” (LACERDA, 2012, p. 222).

No dia 27 de fevereiro, apareceu ao bispo um pobre negro aleijado, faltando-lhe uma mão e com profundas cicatrizes nos ombros. Segundo o cativo, o seu senhor não era mau, mas o castigava com braveza. Ele já havia apanhado e por ser adoentado, não ter um braço e não ser mais rapaz havia fugido com medo de outro castigo. O bispo envia ao senhor um cartão de visita pedindo que o cativo fosse perdoado, semelhante ao apóstolo Paulo na

²⁰ O bispo não cita o nome dos membros dessa comissão.

Carta a Filemon em favor de Onésimo²¹. Novamente não é citado o nome do proprietário (LACERDA, 2012, p. 225). Lacerda não faz grandes observações sobre a estrutura da Vila. Relatou apenas que as ruas não eram calçadas e que a população era pequena (LACERDA, 2012, p. 228).

Também esteve em Itapemirim, em 1888, a princesa da Baviera, que visitou o vilarejo da Barra. Segundo ela, a localidade era formada “por uma igreja e algumas casas, mas possuindo nada menos do que uma biblioteca com jornais em alemão e revistas alemãs” (BAVIERA, 2013, p. 41). A explicação que a princesa encontrou para esse fato foi a proximidade com a colônia de Rio Novo. Ela descreveu igualmente a cadeia de montanhas da região, com sua “formação fantástica” e destacou a pedra localizada em Cachoeiro em forma de dedo apontado para o céu²². Também relatou sobre a barra do rio Itapemirim de difícil acesso²³. Permaneceu apenas duas horas na Barra e depois partiu em direção ao norte.

Os relatos dos viajantes servem para demonstrar a importância de Itapemirim durante o século XIX. A visita do Imperador D. Pedro II é o relato que demonstra o prestígio que esta região obteve nos tempos do império. As grandes fazendas produtoras de açúcar, a elite política e econômica que disputavam poder, eram nítidas aos viajantes. As belezas naturais também. Outro aspecto que se destaca nos relatos é o abismo entre os grandes fazendeiros e o restante da população, que era pobre, mesmo com a concentração de riqueza que havia nessas terras. A grandeza econômica de Itapemirim, durante o século XIX, por vezes é ofuscada pelo cultivo do café, que transformou a província, mas não tirou o brilho da região de Itapemirim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Itapemirim é marcada por pessoas que vieram de fora: umas em busca de melhores condições de vida e riquezas, outras porque foram forçadas e ainda há

²¹ Livro do Novo Testamento, em que o apóstolo Paulo escreve a Filemon que perdoe Onésimo, seu escravo fugitivo, e o receba, não mais como escravo, mas agora como irmão, uma vez que ambos se converteram ao cristianismo.

²² Itabira.

²³ “A barra do Itapemirim é de difícil acesso e somente navios de baixo calado conseguem chegar ao rio, que se torna navegável a cerca de 70 km antes da embocadura. Chegamos em terra com uma lancha, atravessando uma forte ressaca e passando pelo meio de uma série de recifes que haviam adquirido forma arredondada pela ação do movimento das águas e eram ocupados por muitas gaiivotas. Alguns veleiros e canoas vagavam sobre a superfície do rio estreito” (BAVIERA. Op. Cit., p.42).

aqueles que vieram conhecer o lugar. Independente disso, os migrantes e visitantes contribuíram para que parte do passado itapemirinese fosse construído e conhecido. Esses homens e mulheres são peças-chaves na construção da história da região sul do Espírito Santo.

Como se percebeu, a colonização de Itapemirim se dividiu em etapas: primeiro nos anos iniciais do século XVIII, quando Domingos de Freitas Bueno Caxangá estabeleceu as margens do Rio Itapemirim a Fazendinha; e nos anos finais desse século, quando os fugitivos das Minas de Castelo, liderados por Inácio Pedro Cacunda, chegaram a barra do Rio Itapemirim e se estabeleceram. A partir daí, outros migrantes importantes vieram, trazendo sua família, escravos e maquinários. Dentre essas famílias migrantes destacam-se os Tavares Brum, os Silva Lima, os Gomes Bittencourt, os Quintaes, os Bello, os Pôvoa, dentre outras. Outros migrantes chegaram à região anos depois, e trouxeram o cultivo do café. Estabeleceram-se no interior do Vale do Itapemirim e fundaram a localidade de Cachoeiro.

Somados aos cativos que vieram com os fazendeiros migrantes estavam os escravizados que chegaram da África através do comércio de escravos. Como se demonstrou no trabalho, Itapemirim era a região que mais possuía escravos africanos na Província do Espírito Santo, com quantitativo populacional grande de pretos e alguns poucos pardos. Esses trabalhavam nas lavouras de cana e café e representavam, em alguns anos, mais da metade da população da região.

Além desses, Itapemirim foi visitada por muitas pessoas importantes, membros da nobreza brasileira e europeia, cientistas e visionários, além dos membros do clero. Cada um deles traz um olhar diferenciado sobre o lugar. Nos relatos pode-se perceber as contradições existentes na região, formada por grandes fazendas, mas com uma população pobre. A vila é descrita como pequena, sem infra-estrutura, porém, as paisagens naturais são sempre destacadas. Enfim, esse trabalho quis apresentar a presença daqueles que vieram de fora para a região. Seja pra ficar ou estando só de passagem, os migrantes e visitantes contribuíram com detalhes da história itapemirinese.

FONTES

Fontes Primárias

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). **Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo**. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Império%20do%20Brasil#.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, V. P. F. **Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BAVIERA, T. **Viagem pelo Espírito Santo** (1888): viagem pelos trópicos. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

BITTENCOURT, G. **A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)**. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BITTENCOURT, G. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário**. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. 2003. Tese (Doutorado em História) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

COUTINHO, J. C. S. **O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819**. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

DAEMON, B. C. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG. **VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL**, UFPI, Teresina, Piauí., 24 a 28/06/2012, p. 1-17.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 29-71.

FRANCESCHETTO, C. **Victor Frond – 1860: uma aventura fotográfica pelo itinerário de D. Pedro II na Província do Espírito Santo**. Vitória-ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2015.

FRANCO, S. P. **O Terribilíssimo Mal do Oriente: ocólera na província do Espírito Santo (1855-1856)**. Vitória: EDUFES, 2015.

LACERDA, P. M. **Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo**. Vitória-ES: Phoenix Cultural, 2012.

LAGO, R. D. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MARINS, A. Itapemirim. In: **Minha Terra e Meu Município**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

MERLO, P. M. S. **O Nó e o Ninho: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871**. Dissertação (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MORENO, L. **Itapemirim: como tudo começou**. Serra-ES: Formar, 2016.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, J. T. **Historia do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. **6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis:SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>.

REVEL, J. Microanálise e construção social. In. REVEL, J. (org). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set/dez 2010, p. 434-444.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930**. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, L. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília: EBRASA, 1971.

ROCHA, L. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

ROSENTAL, P. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In. REVEL, J. (org). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 151-172.

SALETTI, N. **Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: **Dimensões: Revista de História da Ufes**. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VASCONCELLOS, J. M. P. **Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo**, 1858.

VASCONCELLOS, I. A. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo** escrita no ano de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

Artigo recebido em abril de 2018. Aprovado em julho de 2018.